

# sobre tudo

## REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO NO CONTEXTO DE GUINÉ-BISSAU

Jilvania Lima dos Santos Bazzo

Mamadu Mustafa Bari

**Resumo:** A Guiné-Bissau reúne diversas associações de bairros principalmente na capital Bissau. Estas organizações juvenis promovem várias e diversas atividades educativas que permeiam a necessidade da comunidade. O intuito deste ensaio é promover um debate sobre a importância de participação desses jovens e também como estes movimentos contribuem para a mobilização dos currículos dentro das organizações juvenis de produção de conhecimentos na sociedade guineense. O objetivo, portanto, é discutir sobre questões curriculares a partir de pesquisa bibliográfica e trazer alguns conhecimentos prévios sobre a forma de funcionamento das associações juvenis na Guiné-Bissau. Pretendemos ainda apreciar o impacto e os efeitos desses currículos na formação política e no processo de conscientização por meio de uma educação dialógica e antirracista.

**Palavras-chave:** Currículo; Didática Decolonial; Guiné-Bissau; Educação Dialógica

**Abstract:** Guinea-Bissau brings together several neighborhood associations mainly in the capital Bissau. These youth organizations promote various and diverse educational activities that permeate the needs of the community. The purpose of this essay is to promote a debate about the importance of participation of these young people and also how these movements contribute to the mobilization of curricula within youth organizations for the production of knowledge in Guinean society. The objective, therefore, is to discuss about curricular issues based on bibliographical research and to bring some previous knowledge about how youth associations work in Guinea-Bissau. We also intend to appreciate the impact and effects of these curricula on political formation and on the awareness process through a dialogic and anti-racist education.

**Keywords:** Curriculum; Decolonial Didactics; Guinea Bissau; Dialogical Education

## Introdução

Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África com uma extensão territorial de 36.125 km<sup>2</sup>, é banhada pelo oceano Atlântico, faz fronteiras com Senegal ao Norte e com Guiné (Guiné Conacri) ao Sul.

As associações de moradores exercem um papel extremamente importante dentro da esfera política e social dos bairros da cidade de Bissau. Além de ser uma forma de unir forças para reivindicar direitos, essas iniciativas também podem contribuir para tornar a vida em comunidade ainda mais prazerosa e harmônica. O associativismo desenvolve trabalhos de movimentos sociais num sentido mais direto para suprimir a necessidade da comunidade em diversos aspectos. Prestam apoio em serviços que o Estado poderia oferecer para a sociedade, principalmente limpeza dos bairros. As organizações juvenis esperam do poder público através do Estado, financiamento, formação,

cedência de espaço, reconhecimento legal e formal. Porém, as associações juvenis são organizações sem fins lucrativos, sustentam as suas despesas através de doações comunitárias. Com isso, elas promovem formações para população mais jovem sobre diversos assuntos de interesse social que possam contribuir no desenvolvimento da sociedade guineense.

Em detrimento da corrupção, algumas associações são mais legítimas do que o próprio governo. Nelas, ocorrem várias intervenções educativas não formais, ou então educação popular como afirma o mestre Paulo Freire (2011). É possível perceber nas iniciativas dessa natureza a preocupação de deixar uma sociedade mais consciente para que os jovens possam exercer sua cidadania com dignidade.

Nesse sentido, as iniciativas juvenis por meio das associações assumem a responsabilidade de oferecer a oportunidade de a comunidade conhecer melhor sobre a sua realidade e como também para fortalecimento do conhecimento dito formal. No entanto, a cidadania se constrói mais significativamente nesses espaços não formais do que no espaço considerado privilegiado da construção da cidadania que o Estado determina como espaço de excelência para produção de conhecimentos. As dinâmicas das associações são de trazer os conhecimentos adquiridos na escola regular para a comunidade criando outras formas de produzir conhecimentos necessários para a população e bairros.

As escolas oferecem ensino que limita o aprendizado do indivíduo enquanto cidadão nacional guineense. Portanto, a educação não-formal provém de um espaço não-escolar, mas que de alguma maneira influencia na educação formal. Percebe-se a contribuição dos conhecimentos não considerados formais auxiliando no desenvolvimento das produções e progressões nos espaços formais. Os currículos destas organizações podem ser considerados não formais, mas ao mesmo tempo é possível perceber que os currículos também

envolvem conhecimentos relacionados às organizações por terem efetuado leituras e produções de textos nos seus encontros de formações contínuas. Eles também são políticos por estarem envolvidos indiretamente com processos políticos nacionais e se preocuparem em formar seus membros politicamente para assim participar nas tomadas de decisões políticas, tanto na comunidade quanto na esfera nacional.

Assim, permitem que a aplicação do conhecimento não formal contribua no uso profissional do conhecimento formal, pois a educação não formal tramita as esferas da sociedade que lida com o povo. No entanto, podemos considerar que guineenses adquirem mais significativamente conhecimentos na sociedade através do processo de transmissão do conhecimento de geração para geração do que na escola em si. Será que as instituições de educação formal podem aprender a ensinar por meio dos conhecimentos adquiridos e sistematizados pelo ensino não-formal?

## **1. Educação não-formal na Guiné-Bissau**

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (LBE) no seu artigo nº5/2010, afirma que:

A educação não formal está enformada por uma filosofia de educação permanente, abrangendo todas as dimensões da ação educativa e tem por escopo expandir os conhecimentos ou potencialidades dos seus destinatários, em complemento da formação formal ou em suprimento da que não puderam obter. (LBE, 2010, p. 4).

Falar da educação não formal na Guiné-Bissau é ao mesmo tempo falar sobre os processos sociais que envolvem a sociedade como um todo. A convivência entre os/as guineenses é um processo de

aprendizado constante. A escola como um espaço considerado privilegiado da educação e para adquirir conhecimentos, é um espaço de educação formal que oferece limitadamente os conhecimentos sobre a realidade da sociedade guineense.

Neste sentido, as associações como organizações juvenis de aceitação nas comunidades guineenses, assumem um papel muito importante na promoção de conhecimentos produzidos nos espaços não escolares como uma forma de salvaguardar os valores africanos de aprendizado que não seja um modelo ocidental de produção de conhecimentos, pois o modelo de ensino escolar guineense é baseado no modelo ocidental que foi herdado do colonialismo português desde os séculos XV.

O português tem estatuto de língua oficial, mas o seu conhecimento é restrito a uma elite urbana escolarizada. Desde a sua introdução, ligada à administração colonial, remete para os conceitos e práticas sociais europeias e para uma organização social específica, o Estado moderno. Assim, parece credível que a utilização de denominações europeias seja adequada para enunciar as aspirações de mudança social das populações urbanas africanas, e para expressar o desejo de diferenciação e promoção social. (BANTON, 1957 p.181-182 *Apud* BORGES, 2011, p. 209).

Na educação formal por intermeio das escolas regulares guineenses, percebe-se muito a influência europeia, em específico a portuguesa, desde a concepção e estratégias metodológicas até o próprio material didático. Portanto, o conhecimento adquirido na escola não suprime a necessidade de aprendizado necessário sobre os conhecimentos da cultura local.

A forma de praticar educação não formal na Guiné-Bissau acontece não apenas nas associações juvenis, mas sim em toda sociedade guineense, seja em famílias ou em qualquer que seja o espaço social, a nova geração procura aprender sobre a vida com os mais velhos. Pois, ser velho na sociedade guineense é sinônimo de sabedoria e experiência. Assim, os mais velhos assumem o papel de repassar o conhecimento e experiência para os mais novos, assim como mais novos se sentem na obrigação de aprender com mais velhos.

A educação forma a personalidade do indivíduo médio e o prepara-o para viver a cultura: é pela educação que a gênese da cultura se opera no indivíduo. Pode-se descrever a cultura mostrando como o indivíduo a assimila e como nele se constitui, à medida que ele a vai assimilando. Isto porque a educação é, ao mesmo tempo, uma instituição que o indivíduo encontra e o meio que ele tem para encontrar todas as instituições. (DUFRENNE, MIKEL *Apud* BRANDÃO, 2015, p. 56).

Assim, podemos afirmar que a forma da educação que advém das associações em Bissau, é informadora e formadora, pois muitos jovens estão informados sobre a cultura geral através das conversações nestas organizações juvenis. No entanto, acontece o processo de repasse do conhecimento para outros colegas em outros momentos e espaços de convivência diferentes. E, mesmo que esses sujeitos não frequentem escola regular, adquirem conhecimentos através das conversas paralelas entre amigos. De alguma maneira, educação não formal significa mais para esses sujeitos em detrimento ao ensino regular. Pois, nas escolas têm possibilidade de conhecer mais sobre a realidade europeia e mundo a fora do que do seu próprio país.

A forma de ensinar uns aos outros sobre a vida foi herdado dos nossos antepassados e que é muito valorizado até os dias de hoje, como nos lembra Brandão:

Enquanto o trabalho produtivo não se dividiu socialmente e um poder comunitário não se separou da vida social, também o saber necessário não teria existido separado da própria vida. Fora alguns poucos especialistas de artes e ofícios, como os da religião primitiva, em algumas tribos, com pequenas diferenças todos sabiam tudo e entre si se ensinavam e aprendiam, seja na rotina do trabalho, seja durante raros ritos onde, solenes e sagrados, os homens falavam aos deuses para, na verdade, ensinarem a si próprios quem eram eles, e por quê. Esta foi uma primeira educação popular. (BRANDÃO, 2015, p. 60).

A divisão social de trabalho na sociedade moderna, fez com que os conhecimentos se dispersassem onde cada indivíduo procurasse ter conhecimento numa área específica para assim poder se profissionalizar. No entanto, os guineenses procuram preservar aqueles conhecimentos que são considerados saberes sociais que são adquiridos nos espaços não formais que na maioria das vezes, esses conhecimentos são responsáveis pela ascendência do sujeito para a vida profissional.

Com tudo, o conceituado educador brasileiro Paulo Freire, através de uma entrevista com a educadora Rosa Maria Torres, afirmou que é “a educação popular que delineia como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular” (TORRES, 1987 apud GADOTTI, 2012 p.13). Através de olhares dos mais importantes educadores brasileiros, percebe-se o porquê de não valorização destes conhecimentos pelo Estado guineense.

Ainda na mesma entrevista, Freire reforça afirmando que o que define a educação popular não é a idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa (TORRES idem). O processo da educação popular ocorrido na Guiné-Bissau, fortalece o senso crítico da população sobre a visão crítica acerca da política nacional. As associações dos bairros de Bissau são espaços onde surgem várias ideias de cobranças aos governantes do país.

A prática educativa de opção progressista jamais deixara de ser uma aventura desveladora, uma experiência de desocultação das verdades. É porque sempre pensei assim que, às vezes, se discute se sou ou não um educador. Foi isto que recentemente, ocorreu em um encontro realizado na UNESCO, em Paris, me disse um dos que dele participaram, em que representantes latino-americanos negavam a mim a condição de educador. Não a eles, é obvio, criticavam em mim o que lhes parecia minha politização exagerada (FREIRE, 1992, p. 5).

Uma associação não é uma série de indivíduos, mas uma comunidade comprometida na tarefa de se educar (BREW, 1943, *apud* BORGES, 2011). No entanto, Manuela Borges (2011) ainda afirma que:

O papel do associativismo tem sido considerado e analisado desde longa data no âmbito dos estudos sobre educação não formal. Atualmente entre as instâncias governamentais e internacionais a importância da educação não formal tem vindo a ser reconhecida e enfatizada. E unanimemente considerado que não se pode reduzir a educação a uma série de atividades regulares consistindo em módulos que são ritualizados na forma de cursos. (BORGES, 2011, p. 205).

Vejamos que a educação não formal na Guiné-Bissau, perpassa os objetivos ditados pelo sistema regular de ensino guineense. Assim, é possível verificar as preocupações diferentes nos ensinamentos e aprendizados entre as escolas e as organizações juvenis não formais. As escolas apresentam como objetivos para aprendizado dos seus alunos, um tipo de conhecimento que é totalmente voltada à realidade europeia, enquanto que as associações oferecem oportunidades de conhecer mais e descobrir sobre a história e realidade guineenses. As associações além de promover formações e capacitações em diversos temas para jovens, também oferecem oportunidades destes jovens viajarem e conhecerem realidades culturais de quase todas as regiões da Guiné-Bissau onde decorrem as formações promovidas por estes jovens.

No entanto, a escola por sua vez não proporciona essa oportunidade de aprender sobre a sua cultura para estes jovens, a preocupação da escola é justamente de formar as pessoas na base do modelo de produção de conhecimento ocidental, pois governos entendem que esse tipo de conhecimento que é necessário para alcançar o desenvolvimento, sendo que este modelo de desenvolvimento desejado pelos governos não diz respeito à forma de viver dos povos africanos.

Nesta perspectiva, as práticas associativas podem constituir instituições educativas na medida em que promovem uma aprendizagem organizada ou estruturada (em termos de objetivos, de tempo ou de recursos), e de forma intencional, que conduz a certificação das formações desenvolvidas e práticas que preparam os envolvidos para assumirem as suas responsabilidades na vida e com a comunidade e assim, adquirem capacidades para enfrentar um mundo competitivo e desigual. Passar pelas capacitações oferecidas pelas associações remete à preparação para participação de tomada de decisões no processo de desenvolvimento social do país. Estamos, pois,

a falar de processos de educação que decorrem informalmente no contexto associativo, ou antes, uma vez que esta educação não é organizada e intencional, de uma aprendizagem informal. Mas a educação trata fundamentalmente da aprendizagem, por isso usamos aqui educação não formal no sentido de aprendizagem não formal.

## **2. Educação dialógica para formação de jovens**

As práticas e reflexões do currículo, entendido como processo de interação e “construção histórica e socialmente localizada”, justificando-se pela aprendizagem (PACHECO, 2005), são notórias e disseminadas nos vários momentos e estágios da obra de Paulo Freire. Embora suas preocupações se ramifiquem em temáticas abrangentes, suas reflexões têm como foco central a questão gnosiológica que embasa as relações educador-educando ou educadora-educanda permeadas pela conquista do conhecimento e pelo processo de ensino e aprendizagem. A educação é centralidade em suas discussões, sendo os princípios basilares da teoria dialógica: “a colaboração, a união, a organização e a síntese-cultural” (FREIRE, 1987, p.165).

Uma educação pautada por esses princípios impede processos violentos, que Freire (1987, p. 149) chamaria de invasão cultural. Para ele, seria como um processo de “penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão de mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão. De certo, a fundamentação teórica e metodológica dos(as) educadores(as) seria como âncora para lidar com tentativas de manipulação por parte das “elites dominadoras”, que segundo Freire (1987, p. 144), “vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas, tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras”.

Uma educação dialógica ajudaria a lidar com as contradições e os conflitos existentes no mundo da vida e das relações estabelecidas pelas diferentes percepções de mundo, de sociedade e de sujeitos.

Nesse sentido, as associações são ambientes favoráveis para esse acontecimento do encontro das diferenças. Elas podem ser consideradas uma universidade da vida. Associações juvenis dos bairros da cidade de Bissau assumem papel de formar e informar os indivíduos para gozar da sua cidadania. Nesse espaço, acontecem as formações continuadas com diversos temas de interesse social. Uma das responsabilidades e compromissos das associações com suas comunidades, é de fazer alcançar a maior parte da sociedade possível. Grande parte da educação cívica que tem acontecido na Guiné-Bissau é realizada pelos membros das associações. As associações, além de oferecer oportunidades para desenvolver conhecimentos em diversas áreas de conhecimentos, também contribuem muito na vida acadêmica e profissional dos envolvidos.

Nesta ocasião, é muito perceptível o desenvolvimento acadêmico dos membros ou das pessoas que já foram membros das associações, os conhecimentos adquiridos no associativismo são válidos tanto para a vida cotidiana dos sujeitos como também para a vida acadêmica e profissional, pois as associações procuram atender as necessidades mais urgentes da sociedade. As pessoas participantes das associações são responsabilizadas para contribuírem no processo de disseminação do conhecimento, pois a real intenção destas organizações é poder atingir a sociedade em mais alto nível com as suas produções de conhecimentos.

É perceptível, no entanto, que as associações assumem o papel do Estado no que diz respeito à conscientização para formação do cidadão crítico em formas de sensibilizações nas ruas das suas comunidades ou então através dos programas radiofônicos para ter mais alcance da população às suas ações educativas. O que queremos

argumentar, é que a educação não formal é uma das características das associações de Guiné-Bissau. Será que a escola pode aprender com as associações?

Borges (2011) argumentou que:

A participação na vida associativa é, ela própria, uma forma de educação, na medida em que cria aptidões para a aprendizagem e motiva o crescimento da autoconfiança, com os consequentes efeitos na disposição para assumir responsabilidades, e empreender mudanças no contexto associativo e fora dele (BORGES, 2011, p. 206).

No caso de uma associação, enquanto espaço de socialização, estabelecem-se relações que têm como base os interesses, as necessidades dos seus integrantes e os seus objetivos, e a aprendizagem ocorre nos relacionamentos que se tecem no ato de conviver e nas atividades, tarefas e gestão quotidianas da associação.

As pessoas, ao participarem de umas práxis quotidianas nas associações, acabam inseridas num processo de educação informal de atividades organizativas e técnicas, que contribui para a elaboração-reelaboração das culturas populares e para a formação para a cidadania. E a vida associativa por vezes é o ponto de partida para outras responsabilidades em âmbito local ou nacional. As práticas associativas são oportunidades para os/as jovens constituírem redes de relações sociais desligadas do universo familiar, permitindo a individualização das estratégias juvenis, de sobrevivência e promoção socioeconômica, com base em relações sociais voluntárias, que implicam confiança e solidariedade. Estas relações sociais privilegiadas são imprescindíveis, na incerteza das duras condições de vida que as jovens e os jovens enfrentam atualmente nas cidades. Para conseguir

vantagens nos negócios e ultrapassar a burocracia dos procedimentos, é sempre preciso de ajuda de alguém.

Ao nosso ver, a aproximação do poder público e as organizações associativistas permitem que as associações tenham mais experiência e impacto, facilita o poder público em conhecer as necessidades da população desde diferentes perspectivas e permite receber iniciativas inovadoras. Pois as associações atuam em poder paralelo com o poder público, mas com objetivos de fazer mudanças na estrutura do poder oficial e na estrutura da sociedade guineense. As associações também podem ajudar a elaborar estratégias que permitam resolver problemas sociais por serem órgãos mais próximos à realidade comunitária.

Em relação aos canais de conexão entre esses dois lados, percebe-se a relevância de manter uma conexão informal através da relação pessoal entre governantes e líderes das associações que são às vezes mais eficazes que os formais porque simplificam as relações e podem romper barreiras de comunicação. Vale ressaltar também que os governantes que promovem processos de participação cívica podem receber mais apoio por parte dos cidadãos.

### **Considerações finais**

Podemos considerar que a educação não formal merece uma valoração em destaque na sociedade guineense. As associações juvenis tendem a oferecer mais conhecimentos necessários para a afirmação da identidade guineense em relação às escolas regulares. O associativismo é positivo para a sociedade guineense porque constrói pontes entre as instituições públicas e a cidadania, porque agrega vontades, porque expressa pontos de interesse pela vida coletiva e, portanto, faz emergir mais valores pelas ruas.

Estas associações evidenciam a preocupação com o processo formativo das novas gerações. Assim, ex-associados chegam à

universidade com processo formativo em andamento, a universidade pode contribuir com o aprimoramento (ou não) da formação dessas pessoas. A educação é, em todos os níveis, a chave para a participação. É-o especialmente para os que não têm expectativas de ter uma participação associativa e também geral. A razão pela qual muita gente não participa em democracia é, precisamente, porque se considera incompetente.

Ao nosso olhar, com valorização e reconhecimento da importância do associativismo pelo Estado, associações teriam mais possibilidades de desenvolver ações e promover atividades educativas para suprimir as lacunas e demandas que o próprio Estado não oferece dignamente à sua população. Pois além dos âmbitos de atuação, podemos classificar as associações em função do grau com que se dedicam às atividades de lazer, à prestação de serviços, à reivindicação, ou que combinam os três aspectos.

Há uma grande diversidade de entidades e há que saber tratá-las de forma diferenciada. Assim, os currículos desenvolvidos dentro das associações juvenis guineenses não são formais, mas que dialogam e respondem às lacunas deixadas pelos currículos escolares do sistema de ensino guineense. Podemos perceber que o currículo pode ser não só escolar, mas que as organizações não escolares também produzem currículos de acordo com as necessidades da sociedade, estas necessidades que muitas das vezes nem a escola, nem o Estado atende às comunidades. No entanto, os objetivos e os planejamentos para atender as necessidades da população através de organizações juvenis nos bairros, podem ser considerados currículos não escolares. Sim, acreditamos que as instituições de educação básica podem aprender e muito com o que se produz nas e pelas instituições de educação não-formais, a exemplo das associações de bairro. O que falta? Eis aí uma pergunta a ser respondida, mas pelas escolas convencionais. Sim ou não?

## Referências

BORGES, Manuela. **A educação informal e as associações**: a propósito das mandjuandades da Guiné-Bissau. Lisboa, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A África ensinando a gente**: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Anais do Congresso Internacional de Pedagogia Social**, julho, 2012, p. 1-36. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092012000200013&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092012000200013&script=sci_arttext).

Acesso: 08 de junho de 2021.

LOPES, Luísa da Silva Lopes e. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau**. Aveiro, 2014.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos. **Lei de Bases do Sistema Educativo (LBE)**. 21 de maio de 2010.

## NOTAS DE AUTORIA

**Jilvania L. S. Bazzo** é Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente atua como Professora do Departamento de Metodologia de Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada à área de Didática.

É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e suas Multidimensões – GEPDiM/UFSC.

Contato: [jilvania.bazzo@ufsc.br](mailto:jilvania.bazzo@ufsc.br)

Mamadu Mustafa Bari é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e atua como pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e suas Multidimensões – GEPDiM/UFSC.

Contato: [mustafabary@gmail.com](mailto:mustafabary@gmail.com)

### **Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT**

BAZZO, Jilvania Lima dos Santos; BARI, Mustafa Mamadu. Reflexões sobre o currículo no contexto de Guiné-Bissau. [Sobre Tudo](#), v. 12, n. 2, p. 127-143, 2021.

### **Financiamento**

Não se aplica.

### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica.

### **Licença de uso**

Os/as autores/as cedem à Revista [Sobre Tudo](#) os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou

como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### **Publisher**

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Colégio de Aplicação. Publicação na página da Revista [Sobre Tudo](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

### **Histórico**

Recebido em: 01/10/2021

Aprovado em: 07/12/2021

Publicado em: 16/12/2021